



TCC/Unicamp
M738p
1330 FEF/18

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação Física

EVA MARIA MOLNAR

*Aprovado
Conteúdo
22.11.2003*

**Políticas públicas de lazer governamental:
uma análise teórica e prática do programa
Parceiros do Futuro**

Campinas, 2003



EVA MARIA MOLNAR

**Políticas públicas de lazer governamental: uma análise teórica e
prática do programa Parceiros do Futuro**

*Monografia
aprovada*
Gustavo
27.11.2003

Monografia apresentada como
requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em
Educação Física da
Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do
Profº. Drº. Gustavo Luis Gutierrez.

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação Física**

Sumário

Resumo	6
Introdução	7
Capítulo 1	
Lazer	8
Capítulo 2	
Lazer e Políticas Públicas	15
Capítulo 3	
Programa Parceiros do Futuro	26
Conclusão	32
Referencias Bibliográficas	33
Anexo :Lei 10.312	35

DEDICATORIA

Ao timoti e

A todos os interessados que
venham passear por essas folhas.

AGRADECIMENTOS

Marquinhos, obrigada!

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar uma análise crítica do programa “Parceiros do Futuro” desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que objetiva disponibilizar atividades de lazer para a população mais carente, no espaço físico da escola, durante os finais de semana.

O texto vai utilizar basicamente, as categorias apresentadas no livro “Pedagogia da Animação” do professor Nelson Carvalho Marcellino, para contextualizar as atividades desenvolvidas pelos monitores, e apontar os aspectos positivos, assim como as limitações do programa com relação ao objetivo mais amplo de valorização da cidadania.

INTRODUÇÃO

Esse estudo partiu de um interesse de entender melhor a atuação de um programa governamental, ou seja a política pública oferecida à determinadas comunidades ditas carentes, dentro da área de estudo do lazer.

Procurei inicialmente identificar o lazer no campo histórico de formação junto ao homem, perpassando por duas grandes Revoluções (Francesa e Industrial), contextualizando a formação da cultura do lazer moderna dentro do trabalho, identificado como reivindicação social e comercializado como bens de consumo, indústria do lazer.

Trago definições de três autores, Dumazedier, Marcellino e Gutierrez para identificar o lazer moderno em suas características de ação, relacionando o tempo, a atitude e o prazer.

Nos meados desse estudo veremos uma reflexão sobre as teorias de lazer em políticas públicas suas atuações e reflexões sobre o papel do estado na vida da população, tendo que cumprir obrigações de cunho social sem massificar a população em questão, pensando em seres reflexivos e criativos detentores de desejos.

A seguir trago o programa Parceiros do Futuro juntamente com sua história de implementação e suas obrigações tanto internas, junto com as administrações educacionais quanto externas, junto com a população. Procuro identificar as funções do profissionais, da comunidade e do estado nesse momento, chego ao final desse momento relatando as atividades oferecidas para a população aos finais de semana.

Capítulo 1

LAZER

O lazer ocidental é um processo histórico-social, ocorrido principalmente no fim do século XVII juntamente com as revoluções da época : Revolução Industrial e Revolução Francesa.

A Revolução Industrial tem como principal característica a discussão referente à divisão do trabalho, esta divisão aponta para uma construção do tempo social diferentemente do que antes era com o feudalismo. Deste modo, houve uma ruptura do tempo, isto é, o tempo foi dividido em: tempo de não trabalho e trabalho. Anteriormente havia somente o tempo de trabalho ligado aos afazeres domésticos: plantação, trabalhos com a terra de modo geral. Com a separação do tempo e a inserção dos meios de produção, as pessoas começam a dividir suas tarefas e separar o tempo, incluindo o de não trabalho. Neste insere-se o lazer, sendo reivindicado pelos operários e outros segmentos que pleitearam a diminuição do tempo de trabalho junto às fabricas e industrias, por este motivo o lazer cola-se ao trabalho fomentando a dicotomia lazer/trabalho. Assim, o tempo exigido de descanso dos trabalhadores tem uma força decisiva na criação e construção do lazer moderno.

Por outro lado, a Revolução Francesa, com os cânones já muito conhecidos no senso comum (liberdade, fraternidade, igualdade), tem como principal característica a transformação dos meios de produção feudal para o industrial. Os súditos representados pela burguesia já conseguiam ter lucro nas atividades que

faziam exclusivamente para o Rei, começaram a deter de um capital negociável o qual trouxe a necessidade de contratação de mão de obra para querer negociar os produtos em outros locais, comercialização. O Absolutismo era uma afronta a esta estrutura, pois não tinham respaldo político e grande parte do lucro ficava nos impostos. O absolutismo é entendido pelo poder divino do rei, as classes sociais são segmentadas e estanques sem mobilidade, formando um Estado totalitário. Com a queda do absolutismo cria-se um espaço autônomo para a emergência do que hoje chamamos: estado democrático e de direito. Transformada então: econômica e politicamente, a industrialização é instalada trazendo consigo todas as suas normas, regras e leis, revelando disposições de tempo para uma sociedade e possibilitando-a a fazer usufruto desse tempo de não trabalho, discutindo fagulhas sobre o lazer. Em outras palavras a Revolução Francesa permitiu a emergência de novas estruturas de poder, representada pelos burgueses, onde os mesmos criaram os mecanismos necessários de acumulação do capital que impulsionou a industrialização insipiente na época, com a industrialização, que já falamos anteriormente, possibilita caracterizarmos o lazer a partir do seu oposto: o trabalho.

Pensando anteriormente, na sociedade tradicional caracteristicamente rural, mesmo nos setores urbano pré-industriais, não havia uma separação das esferas da vida do homem. Os locais de trabalho eram ligados pela moradia, relação familiar e produção, basicamente respeitando um ciclo do tempo das ações. A distinção entre trabalho e lazer não era caracterizada e as atuações pareciam lineares e integradas.

Na sociedade moderna, marcadamente urbana, acentua-se a industrialização e a divisão social do trabalho que se torna cada vez mais fragmentada e especializada, obedecendo a um tempo mecânico e ao ritmo da máquina, criando novas formas de convivência, de autonomia entre a sociedade diferenciando-se principalmente em suas atitudes e em seu tempo disponível. “O

horário de trabalho determina quanto tempo é disponível para o lazer, e a natureza do trabalho pode afetar a quantidade e o tipo de lazer.” (PARKER,1978,p.82)

A construção histórica feita aqui entre lazer e trabalho na sociedade ocidental pós-revoluções mostra-nos como o lazer nasceu, como foi sua inserção na sociedade moderna, quais mecanismos de poder possibilitaram a sua aparição e qual o meio de produção que amplia seu acesso, dando inclusive aos trabalhadores espaço para a exigência do tempo livre.

A complexidade da pesquisa do objeto lazer e a reflexão dentro do mesmo quanto ao fator tempo e atitude atenta para vários conceitos que o consideram desde como sendo uma oposição ao trabalho, passando por uma confusão com o ócio até mesmo por uma identificação simples como divertimento, descanso e desenvolvimento.

Interessante salientar que o lazer, na sociedade moderna capitalista não possui acesso democrático, após a inserção burocrática e industrial este mesmo caracterizou-se de forma diferenciada para os vários poderes aquisitivos da população, tornando-se não apenas um momento de descanso ou de recuperação do trabalho, e sim um momento de consumo.

O consumo do lazer implantado pelas chamadas indústrias culturais invadem a vida da população induzindo-a a consumir algo que na maioria das vezes não passa de simples fetiche. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, são considerados grandes massificadores para o consumo do lazer, produzindo desejos na população que alienada de suas responsabilidades e direitos sociais tornam-se consumidores potenciais desse lazer sem usurpar verdadeiramente de seus direitos conquistados, havendo então um retrocesso das suas conquistas.

O momento agradável de satisfação conquistada através de reivindicações trabalhistas no passado é encoberto hoje pela ilusão de momentos de consumo, perde o significado do lazer e também o significado do trabalho. Alguns textos apresentam pela qual maneira a população se relaciona com o trabalho, sendo determinante para a relação fora do trabalho, incluindo o lazer. Um lazer dotado de sentido só é possível com um trabalho dotado de sentido (ANTUNES, 2001).

“ (...) o lazer seria uma alienação, uma ilusão de autosatisfação das necessidades do indivíduo, portanto estas necessidades são criadas, manipuladas pelas forças econômicas da produção e do consumo de massa, conforme o interesse de seus donos.”
(MARCUSE, 1971,p.50)

É fundamental observar que o objeto lazer encontra-se num campo muito complexo, *sendo discutido como categoria colada ao paradigma da produção e suas definições são marcadas pela valorização do tempo livre, do espaço, da atitude e do lúdico.* Abordado em várias esferas econômicas e sociais, o lazer nesse trabalho prosseguirá acima das visões dos seguintes autores: Dumazedier, Marcellino e Gutierrez.

Apresento o professor Dumazedier, francês e autor de estudos que relacionam o lazer dentro de economias capitalistas e socialistas e considera o lazer como *“ conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”* (1973, p.34)

A partir das discussões anteriores podemos entender a citação de Dumazedier como sendo colada a dicotomia lazer/trabalho, o mesmo coloca-se frente a possibilidade de lazer como construção moderna da sociedade urbano-industrial. Dumazedier aponta para a importância das conquistas trabalhistas no lazer operário, como exemplo concreto da influência do trabalho nas atividades de lazer.

Sobre a alienação Dumazedier não atenta a esta discussão, preocupando-se mais em descrever as atividades do que mostrar como o capital utilizou o tempo de lazer para dominar os trabalhadores. Enquanto Dumazedier tem uma visão romantizada do lazer, Marcuse aponta o caráter reificante e dominador das atividades de lazer construídas pela indústria cultural. Como a televisão, o teatro a arte moderna, o cinema, enfim, como o lazer volta-se não ao desejo do operário, mas ao consumo, um lazer só torna-se lazer se é voltado para a aquisição de bens materiais impulsionados pelo próprio capital.

Por outro lado o professor Marcellino entende *"...o lazer como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no "tempo disponível". O importante, como traço definidor, é o caráter "desinteressado" dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A "disponibilidade de tempo" significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa."* (1990, p.31).

Abordando a importância do lazer para a transformação social e seu caráter educativo como fundamental, o autor se apoia na dicotomia do tempo livre citado como tempo disponível. Para Marcellino a organização social baseia-se através do tempo fora do trabalho, e a pratica possui um caráter educativo intrínseco no qual

conduz a atividade dentro de novas normas, valores e condutas sociais, sendo compreendido como um ato de liberdade.

Portanto, faz alusão ao tempo disponível, pois este seria o contraponto do tempo de trabalho. “ *O tempo disponível seria utilizado para as diferentes obrigatoriedades sociais (família, escola, cursos, religião e lazer). Deste modo, o lazer só é possível em um tempo livre do trabalho, conjuntamente ao tempo de não obrigação social.*” (MARCELLINO, 1987 p 20).

Gutierrez professor que retira o lazer da dicotomia do trabalho e insere a questão do prazer, trabalhando com autores como Reich, Marcuse e Freud não dantes discutidos por outros autores.

“ *As atividades de lazer caracterizam-se por uma liberdade relativa de opção, pela percepção individual e subjetiva da expectativa do prazer e pela autonomia e responsabilidade do agente sujeito da ação social. Isto coloca grande parte das manifestações do objeto de lazer no campo da sociabilidade espontânea, ou informal, compreendida aqui como espaço de interação distinto dos sistemas organizados formalmente, ou burocratizados, a exemplo das dimensões políticas e econômicas, definidas por Habermas como sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda.*” (2001, p.88)

Gutierrez diferencia-se dos demais desvinculando o lazer do tempo de não trabalho referencia o lazer vinculado à busca do prazer e transformação individual. Entendendo o lazer como fruto histórico o autor pensa o agente como histórico que segue suas vontades dentro de símbolos individuais e padrões culturais, regidos em torno normas sociais. O agente em seu prazer, seja qualquer a atividade, transmite um sentimento único, conhecendo seus sentimentos e suas

possibilidades de sentir-se inteiro, permitindo uma reflexão de sua ação dentro das regras de convivência.

Considerando os conceitos acima citados e seguindo-os como delineadores desse trabalho apresento o programa "Parceiros do Futuro", criado pelo Governo do Estado de São Paulo, atuando no espaço físico escolar nos finais de semana afim de proporcionar momentos de lazer para a comunidade com um todo, ou seja: possibilita crianças, adolescentes, adultos, idosos sejam esses homens ou mulheres a realizar atividades programadas e conduzidas por educadores das seguintes áreas de conhecimento: educação física e educação artística.

Capítulo 2

LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS

Passando por abordagens mais sociológicas e práticas, vamos interpretar o lazer utilizado nas políticas públicas, priorizando as teorias que se inserem no discurso político e que apoiam mais diretamente um lazer voltado à educação formal, ou mesmo para conter a violência, ou seja: um lazer funcionalista (BH. Prefeitura Municipal, 1999). Os estudos das políticas públicas, normalmente discutem o caráter da inclusão, já que é consenso da necessidade da inclusão nas políticas sociais.

Diferentemente das teorias do lazer, as políticas públicas têm um papel de atuação definido, não porque o lazer nesta área esteja desenvolvido, ou que existam estudos a respeito. Na verdade, pelo contrário, nas políticas públicas existem poucas discussões, na maior parte vinculadas a partidos de “esquerda”, mas que o plano geral que se segue é do lazer integrado à educação, ou sua funcionalidade de conter problemas sociais aplicando unicamente os conceitos de Marcellino. Inserindo o leitor no caso estudado, o programa Parceiro do Futuro do Governo do Estado de São Paulo, encaixa-se como lazer funcionalista sendo aplicado apenas em regiões definidas através de índices elevados de violência, de analfabetismo e outras carências sociais e econômicas, ao mesmo tempo está

integrado á educação, pois além de ocorrer no espaço escolar, tem perspectiva de interagir projetos escolares com projetos da comunidade.

Retomando a reflexão, este consenso de lazer se refere principalmente porque as teorias de esquerda se apropriaram de um único autor, que em linhas gerais, se utiliza dos multiplicadores e da teoria de Paulo Freire. Neste caso, a teoria casa-se com o afastamento do Estado para resolver as questões fundamentais de cunho social, isto é, a formação de quadros internos da própria comunidade se integra a um plano maior de Estado Neoliberal (multiplicadores), afastando o Estado das suas obrigações sociais (visão pessimista).

“ O cunho educativo do lazer passou a ser utilizado para preservar a ordem, a utilização em programas de recuperação de jovens delinqüentes ou em locais de alta periculosidade. O próximo passo foi vincular o lazer ao esporte, porque o lazer vinha sendo utilizado para o afastamento do ilícito e o esporte já caminhava neste sentido nas políticas públicas. A partir de toda a crítica e investigação em torno do futebol, do carnaval, dos programas de lazer e das intervenções lúdicas da população que se torna possível as diferenças entre eles e a coordenação valorativa dos direitos usos do tempo livre e dos programas de lazer.” (SANT'ANNA, 1994 p.68).

As políticas públicas também discutem a preservação e transformação de áreas urbanas que facilitem o acesso ao lazer (PELEGRIN, 1996). A criação e preservação de parques, reservas florestais, áreas livres e de lazer, emerge nos anos 70, como um dos pressupostos básicos para a afirmação de uma política de base, para a produção de um lazer verdadeiro (REQUIXA, 1980), lembro o leitor que no caso visto desse trabalho o Governo não construiu áreas de lazer e sim apropriou de um espaço que era ocioso nos finais de semana, as escolas.

Educação pelo lazer e para o lazer: o lazer pode tornar-se um eficiente instrumento de auxílio no vasto esquema educacional, que visualiza a promoção humana e o progresso da sociedade (STIGGER, 1996).

O lazer se potencializa na educação pelo lazer, isto é, ao colocar o caráter educativo, todas as atividades de lazer são explicáveis. Em outras palavras, o lazer apóia-se no processo pedagógico formal para se fundamentar em algo maior e ter assim sua legitimação como política pública. Justifica aqui, na prática, as atividades de planejamento que os profissionais do programa Parceiros do Futuro necessitam cumprir junto ao corpo docente e administrativo escolar semanalmente. A outra esfera é o lazer para diminuir a criminalidade (NICHOLLS, 1997). Um lazer funcionalista para minimizar os riscos sociais, que pensa que as ações ilícitas são provocadas por escolhas do indivíduo e não por problemas sociais mais gerais. De qualquer forma, o lazer é visto potencialmente como integrante de um plano geral que vai eliminar a delinquência (BH. Prefeitura Municipal, 1999).

Entretanto, o lazer pode fazer parte, dentro de um cenário de repressão política, como um importante mecanismo de coerção às escondidas.

“ O lazer não está do outro lado do político, nem se propõem ser oposto ao trabalho; é o lazer como a objetivação de diversos usos do tempo livre que faz coincidir estrategicamente a necessidade de corpos obedientes e produtivos no trabalho com a possibilidade de alegria-los, e também de corrigi-los, adestrá-los e cultiva-los no tempo livre. Lazer que se expressa enquanto um campo de saber e de poder que contribui para tornar imanente a cada indivíduo, regras, conselhos, medidas, valores e expectativas institucionais, esperanças e receios que aniquilam com o valor da gratuidade de cada gesto, do acaso dos jogos e brincadeiras, e se pautam por finalidades e metas de âmbito

moral, religioso, político e econômico.” (SANT’ANNA, 1994 p.102).

Talvez, hoje, muitos dos problemas relacionados aos usos do lazer são referentes à dificuldade em libertá-lo das morais autoritárias de um passado recente. Talvez estes problemas digam respeito, principalmente, à necessidade do lazer ser e de parecer livre, em suma, o problema não seria tanto o de liberar o lazer, mas sim o de lidar com novos riscos, impasses e responsabilidades que essa liberdade provoca. Em resumo, para relacionar-se intersubjetivamente em atividades recreativas, não basta liberar lazer pois, muitas vezes, não é o caminho da libertação que cruza aquele das condutas éticas (SANT’ANNA, 2001). O lazer não deve ser entendido como uma fórmula mágica, uma possibilidade de transformação em si, mas deve ser entendido pela sua potencialidade inserida no mundo da vida e na ação comunicativa (GUTIERREZ, 2002).

O lazer funcionaria com um triplo aspecto nas políticas públicas, o primeiro como atividade que desviaria a atenção dos jovens da marginalidade; a outra, lazer vinculado a educação e, por último, a re-inserção social através do trabalho que o setor de serviços emprega (NICHOLLS, 1997).

A filosofia que está por trás desta ação prática, não é de entender o lazer de uma forma mais humana, para compartilhar, unir pessoas. As políticas públicas de lazer são funcionalistas, tendo em vista toda teoria que é desenvolvida pois, quando chegam ações práticas o discurso emancipador fica no papel. Em vias de fato, as políticas públicas poderiam ser um meio importante para uma tomada de consciência, para a mudança social que tanto falamos, ou seja, que possamos diminuir o número de pessoas excluídas e marginalizadas. O lazer deveria valorizar a pessoa, reforçando a auto-estima, o compartilhar, o desenvolvimento de competências, a união, a confiança, etc.

Em linhas gerais, as políticas públicas e setoriais de lazer necessitam de um trabalho integrado, intersecretarias ou órgãos da chamada área cultural (artes, esporte, meio ambiente, turismo, patrimônio) (BH. Prefeitura Municipal, 1999). Como os valores associados ao lazer (qualidade de vida, saúde, educação). Deve ter relação com o legislativo para direcionar as políticas públicas. Sua ação é de ampliar a visão do lazer, criando programas de difusão cultural, participação e criação (GUTIERREZ, 2001). A pilastra para estas ações é o respeito e incentivo às manifestações da população num trabalho conjunto com a comunidade organizada, a iniciativa privada e o Estado.

No capítulo anterior desse estudo, era consenso nas teorias sociais, a importância do trabalho, mas cada vez mais ele perde o referencial, surgindo outras teorias e, por consequência, o lazer insere-se nesta nova discussão teórica. Neste sentido, é que os modelos de busca pelo prazer (GUTIERREZ, 2001) e espectro do tempo livre (DUNNING E ELIAS, 1992) avançam nos desdobramentos e formas de olhar para o lazer como somente agregado ao trabalho. Nas suas discussões, apontam para uma forte presença do indivíduo, inserção em uma perspectiva histórica hedonista e o desinteresse no trabalho como categoria fundamental.

Gutierrez (2000), com a busca do prazer como elemento fundamental e distintivo, visualiza a busca individual do prazer como um elemento intrínseco do homem, caracterizando o lazer como sendo a busca do prazer e o prazer como construção histórica, inserido na sociedade. Gutierrez aborda as questões do lazer e da construção do prazer, como algo específico de um grupo, de uma cultura a ser preservada, transmitida e modificada.

As atividades de lazer, segundo Gutierrez (2001), podem possuir prazer por trabalhar em pólos opostos que são interdependentes. Por exemplo, vida e morte são sentimentos inseparáveis de um processo pessoal de satisfação. O autor aponta Freud como decodificador dessa análise, entendendo os sentimentos contrapostos de Ethos e Tanatos, (princípio de vida e morte), ou princípio do prazer e o princípio da realidade, onde a neurose seria o grau em que o princípio da realidade suprimiria o princípio do prazer. Assim, a tendência inata do homem à agressividade, é a forma de Freud encarar o ser humano e desta mesma afirmação, Gutierrez se utiliza como contraponto aos autores (Marcuse e Reich) a Freud, com quem articula, para justamente acrescentar a forma cultural e a subjetividade do sujeito social para a transformação social.

“Uma das alternativas para a reflexão sobre o objeto lazer é justamente destacar a questão da busca do prazer como elemento fundamental e distintivo. Não haveria, portanto, nenhuma forma de lazer que não buscasse auferir prazer. E este prazer, que pode ou não ser efetivamente consumado, é um elemento essencialmente humano, característico da formação da personalidade e presente em qualquer meio social organizado, desde uma perspectiva histórica.” (GUTIERREZ, 2000 p.103).

Assim, há uma tendência à individualidade, como possibilidade de transformação interna, voltada para um sentido coletivo de mudança social (intersubjetividade), sem direcionar esta mudança social unicamente à esfera de produção, ou ao Estado (HABERMAS, 1989). Mas sim, de construção das relações sociais no cotidiano, nas trocas simbólicas e lingüísticas, onde ocorre a interação entre dois agentes comunicativos em busca do consenso para a renovação do mundo da vida (HABERMAS, 1990). Este é o sentido de transformação social.

O lazer é encarado como uma busca de um descontrolo medido. Dentro das regras que compõem a sociedade. Ou, como desenvolvem os autores, um descontrolo controlado. O lazer, apesar de trabalhar no limite do descontrolo, está intimamente ligado às dimensões sociais para cada situação, por exemplo, no estádio de futebol ou em um jogo, onde são permitidos os xingamentos e atitudes não convencionais. *“Os excessos das explosões fortes e apaixonadas foram amortecidos por restrições embutidas conservadas pelo controle social, que, em parte são incrustadas de modo tão profundo que não podem ser abaladas”* (ELIAS E DUNNING, 1992 p.112).

Segundo Elias e Dunning (1992 p.170):

“ O lazer funcionaria na forma de estimulação social, a estimulação como fonte fundamental da atividade de lazer e por consequência do prazer. A estimulação agradável deste gênero, a estimulação que se recebe por estar reunindo com outros, quer seja de fato quer por meio da sua própria imaginação, é um dos elementos mais comuns da satisfação do lazer.”

Numa outra perspectiva, Lino Castellani Filho, enfoca a problemática do lazer – que o considera como um dos elementos indicadores da qualidade de vida de um povo – diante de uma situação aparentemente paradoxal:

* o reconhecimento do Brasil dentre os países de menor eficiência em transformar sua renda em desenvolvimento humano, gerando disparidade extremas entre o Brasil econômico e o Brasil social, onde um quadro de exclusão social gera violência e miséria nas cidades; e um crescente investimento no setor

de entretenimento por parte da iniciativa privado associada à indústria do lazer no Brasil.

Este distanciamento entre o caminho econômico e o social que gera contradições as quais alimentam disparidades e polarizações, gerando uma sociedade desigual, é fruto *“da responsabilidade do modelo econômico concentrador presente em nosso país (...)”*(p.14). Diante da mesma visão, no campo do lazer, a esfera governamental vem tradicionalmente demonstrando para a implementação de políticas para o setor uma concepção, já citada, funcionalista, espelhadas em abordagens compensatórias, utilitarista, moralista e romântica. Dessa forma, o projeto político que integra cultura, esporte e lazer propõe a contemplação do esporte e do lazer como bens culturais indissociáveis de quaisquer esforços de melhoria de vida da população brasileira, ao invés de evidenciar o propósito de tratar o esporte e o lazer como práticas sociais integrantes do patrimônio cultural do mundo contemporâneo.

Diante deste quadro, Lino cita Marcellino (Capacitação de Animadores Sócios-culturais. 2ª edição: Secretaria de Esportes e Lazer de São José dos Campos, 1996) que propõe o lazer comunitário *“como uma alternativa operacional dentro de políticas de ação social (...) quando a Organização que formula a política não quer ver sua ação confundida ou reduzida à chamada ‘indústria cultural’, devendo, portanto, revesti-la de características próprias. Essa alternativa, em qualquer área do social onde seja desenvolvida, leva em conta a necessidade do conhecimento da situação, ou seja, da realidade, interesses e aspirações de determinada clientela; sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações; e a integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político ou de recursos para manutenção e/ou ampliação da ação”*.(p.20)

A idéia que está instalada sobrepõe a visão de lazer como simples consumo de um mercado industrial voltado para o lazer e prioriza as relações

sociais construídas que proporcionam trocas de conhecimento e realização de projetos em conjunto, havendo uma transformação crítica e criativa.

Propõe um projeto contra-hegemônico *“como expressão maior da vontade autônoma, crítica e criativa dos cidadãos nas formulações de programas voltados para o entendimento de suas aspirações de preenchimento de seus tempos disponíveis”*(p.20) balizadora *“de um projeto de sociedade no qual o binômio Lazer/Qualidade de Vida reflita compromisso com um mundo sem excluídos do processo civilizatório”*.(p.21)

O entendimento das esferas da vida, lazer e trabalho, podem ser compreendidos de forma agradável não somente ligados pela renda e sim, através de ideais em comum transformados em ação reflexiva e inovadora para a comunidade.

A experiência com projetos que utilizam a “ação comunitária” como estratégia de ação voltada ao trabalho social, é discutida por José Luis de Paiva em seu capítulo Deflagrando uma Ação de Lazer, onde a classifica em três fases inter-relacionadas: deflagração, período de carência e continuidade/sedimentação. Seu trabalho é voltado na descrição da primeira fase fazendo um levantamento detalhado de todas as suas etapas.

Para o autor, a fase de deflagração baliza o início da intervenção com a comunidade, o que inclui desde a ação sensibilizadora de lideranças formais/informais ao levantamento/detalhamento das possibilidades e rumos do trabalho, marcada pela “atividade-impacto” e suas avaliações e determinação da intensidade da ação dos técnicos. Em um segundo momento, segue a capacitação (através de um curso de capacitação de animadores sócio culturais), análise da

situação e definição de objetivos para a ação, para que assim possibilite reverter a situação encontrada através de ações embasadas na “participação popular”. No final desta fase espera-se que um grupo de pessoas da comunidade estejam capacitadas para o desenvolvimento do projeto, dominando suas questões centrais (lazer, ação comunitária e trabalho em grupo), para tornar-se agentes multiplicadores, essenciais para a ampliação da ação em todas as fases do projeto.

Diante do exposto, o autor explica que o objetivo principal não é a atividade em si, pois ela não difere muito de outras normalmente realizadas, mas sim o processo em que ela é planejada, executada e avaliada, ou seja, para o autor *“o objetivo de um trabalho de ação comunitária não é mera realização de atividade, mas sim intervir em determinada comunidade a fim de instrumentalizá-la na direção de sua auto-organização”*.(p.49)

Para isso, torna necessário *“investir na educação pelo e para o lazer”* (p.63) uma vez que permite a abertura de possibilidades para conhecimentos a seu respeito, e a partir dele e nele, tendo o seu ponto de partida no campo interdisciplinar, no princípio da interação lúdica, entendê-lo como espaço de interação entre sujeitos e saberes, espaço de produção de contexto e de constituição de sujeitos, sempre em um processo de trocas dinâmicas e contínuas.

Assim, *“à medida que os sujeitos interagem, avançam seus conhecimentos teórico-práticos sobre eles mesmos e sobre suas relações com o mundo, alicerçando a consciência sobre o lazer como produto deste processo, sempre em movimento e em relação com diferentes esferas da vida. (p.65) (...) Com isso, o lazer passa a ser visto como campo de apropriação, desapropriação e/ou recriação de saberes, competências e valores a partir de um universo teórico*

referencial básico – uma teoria de lazer – que no nosso entender, funda-se na interação lúdica”.(p.66)

Nessa visão a proposta política pedagógica, deve buscar deflagrar, apoiar, assessorar e divulgar projetos de lazer, despertando e fortalecendo lideranças, ampliando projetos de solidariedade, que tendem ao progresso cultural e à autonomia dos sujeitos participantes quanto ao gerenciamento de atividades futuras desta natureza, preocupando-se com a formação de líderes em agentes abertos ao diálogo.

Capítulo 3

PROGRAMA PARCEIROS DO FUTURO

No primeiro semestre de 1999, os meios de comunicação, diariamente, publicavam notícias referentes à violência que permeava as escolas públicas de São Paulo. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, embora a violência estivesse presente nas escolas públicas de São Paulo, não se apresentava de forma significativa nas porcentagens estatísticas.

Seguindo esta política e defendendo a preocupação da população o governo resolve assumir um compromisso dizendo apenas estar preocupado com a preocupação demonstrada pela população diante das notícias apresentadas. Cria medidas de prevenção e redução da violência, nascendo assim Pacto por um São Paulo Melhor, que mais tarde foi batizado de Parceiros do Futuro.

Importa-se o modelo de conhecimento e experiência do norte-americano John Devine, fundador do programa de Parceria de Escolas da Universidade de Nova Iorque, criador de outras campanhas e diretor, do Projeto Escolas Seguras, em seu país. Neste projeto em escolas ditas problemáticas de Nova Iorque houve um trabalho com crianças e adolescentes, todos os finais de semana, oferecendo atividades esportivas e culturais, obtendo segundo o autor resultados positivos de recuperação e prevenção da violência entre as crianças e os adolescentes.

Baseados nesses exemplos, em 12 de maio de 1999 foi assinada a lei numero 10.312, que institui o Programa interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e combate à violência nas escolas da rede pública do ensino do Estado de São Paulo e foi implantado nas escolas da rede estadual em 28 de agosto de 1999, com o objetivo de criar nas regiões mais carentes e violentas da cidade, núcleos de convivência para reunir crianças, jovens e comunidade em geral em atividades esportivas, culturais e de lazer, de modo a mostrar aos adolescentes e as criança que é possível a toda a comunidade ter um padrão de vida saudável, educativa e divertida longe das drogas e da violência.

O espaço utilizado para criação desses núcleos, a exemplo do programa norte-americano, foi justamente as escolas, que passaram a abrir também aos finais de semana com a proposta de estimular a comunidade a trabalhar em conjunto na defesa de seus interesses e necessidades, apoiando e dando espaço para os jovens expressarem seus desejos, opiniões e sua criatividade, abrindo espaços para discussão de valores e de questões que os afligem e levando-os a tomar decisões e a solucionar problemas que envolvam suas vidas.

No interior e no litoral do estado de São Paulo o Programa Parceiros do Futuro foi implantado em agosto de 2002. No caso específico do estudo, em Campinas foram vinte escolas, separadas por suas diretorias regionais de ensino, Leste e Oeste.

Situada na região do São Marcos e Jardim Campineiro em Campinas e supervisionado pela diretoria de ensino regional Leste a Escola Estadual Castinauta de Barros Mello e Albuquerque ingressou no programa “Parceiros do Futuro” em 2002, assim que o mesmo foi implantado no interior do Estado de São

Paulo. Seguindo referenciais estatísticos de índice de violência elevado, de renda baixa e de analfabetismo.

Os profissionais são contratados através da Secretaria da Educação, sendo dois da área de Educação Física e um da área de Educação Artística, juntamente há um outro funcionário que é da própria comunidade e possui o cargo de coordenador. O papel dos educadores se resume em oferecer atividades durante o período do programa nos sábados e domingos, o coordenador tem a função de inspecionar toda a estrutura da escola e zelar por sua perfeita manutenção além de angariar voluntários para várias oficinas possíveis e conseguir parcerias com empresas ou afins.

Com a perspectiva de integrar os projetos que acontecem tanto dentro da escola durante a semana e aos finais de semana, foi criado um período de planejamento em que os professores possuem para discutir e refletir sobre as ações a serem tomadas e avaliar o andamento do programa. Há um requisição de que estas reuniões sejam feitas em conjunto entretanto os horários individuais são muito conflitantes, impedindo o ideal.

Existem ainda, durante a semana, mais dois horários que devem ser cumpridos em reuniões com o corpo docente e administrativo da escola, afins de que haja maior interação entre o que é realizado aos finais de semana e durante a semana. Em sua grande maioria estas reuniões são regidas por discussões apenas do interesse da maioria, ou seja, o programa possui pouca interação para com este horário obrigatório.

Sobre os profissionais, poucos são aqueles que já possuíram contato com as teorias de lazer existentes, como a discussão trazida nos dois capítulos anteriores desse estudo, há uma grande confusão a respeito da obrigatoriedade de se formar turmas específicas e obrigatórias para um momento que a comunidade considera de lazer, sendo desprendido então das obrigações sociais. Algumas atividades são chamadas de fixas pois acontecem o dia todo tanto no sábado quanto no domingo, outras atividades são livres sendo implantadas conforme o desejo da comunidade presente, vale a pena ressaltar que a maioria da comunidade assídua na escola são homens, adultos e crianças a partir aproximadamente dos sete anos de idade (na escola citada acima).

O programa é visto pelos freqüentadores como um local de divertimento que foi instalado próximo á suas moradias, ou seja, não necessita de custos para poderem usufruir de um espaço considerado de lazer. Por outra ótica, também podemos enxergar esse espaço como uma alienação para estas comunidades que pouco tem em sua vida diária, o governo idealiza o programa e não oferece recursos necessários para o funcionamento do mesmo, como por exemplo: verbas para materiais e a merenda para a comunidade que sempre estão fora do prazo de entrega, prejudicando a credibilidade do programa tanto para com a comunidade quanto com os profissionais. A escola torna-se um espaço de alienação em que muitos não distinguem o real interesse de suas participações, será para: divertimento, descanso ou desenvolvimento?

A visão do lazer no âmbito governamental identifica-se com o lazer funcionalista o qual cria uma idéia de lazer integrado com educação no qual visa conter índices de violência e vários outros problemas sociais, aplicando conceitos e teorias que os afastam das obrigações Estaduais de resolver questões fundamentais de cunho social. O lazer é visto com uma espécie de "remédio" para os quadros de delinquência sociais, como: violência, educação etc.

As atividades na escola são dispostas da seguinte forma: atividades fixas e atividades livres.

Nas atividades fixas existem:

- * os jogos esportivos oficiais que se utilizam a quadra poliesportiva na qual ocorre o futsal, infantil e adulto (masculino), e o basquete adulto (masculino),
- * no pátio interno há uma disposição para três mesas de tênis de mesa, não há bolinhas nem raquetes, as crianças improvisam com sandália hawaiianas e e bolinha de desodorante,
- * os tabuleiros de dama são dispostos nas mesas do pátio, variam entre quatro e seis tabuleiros por dia, conforme a necessidade,
- * há também uma mesa reservada para leitura onde são dispostos livros paradidáticos e gibis para a livre consulta da comunidade,
- * existem dois jogos gigantes, a dama e o jogo da velha,
- * para as crianças menores é oferecido um espaço lúdico, onde existem vários jogos de encaixe e de montagem,
- * capoeira,
- * dança de rua, axé e hip-hop,
- * desenho, graffit e exposições,
- * atividades recreativas com cordas e arcos,

As atividades livres são aquelas que seguem de acordo com a comunidade presente, ou seja:

- Havendo maior numero de criança são realizados jogos e atividades recreativas coletivos, como: queimada, pic bandeira, vôlei recreativo, ginástica artística, esportes radicais, esporadicamente há tenis de campo improvisado, peteca, frescobol e bets,
- Oficina de pipa,
- Oficina de brinquedos com materiais recicláveis,

Os participantes costumam ser os mesmos e sempre comparecem do início ao fim do horário de funcionamento participando muitas vezes de mais de uma atividade. Geralmente as crianças possuem outros compromissos durante o dia, já os adolescentes e adultos permanecem no programa. Há uma impressão de tempo livre das crianças de tempo desocupado dos adultos.

Os problemas apresentados são com relação aos cigarros (os permitidos e os não permitidos), mesmo sendo avisados existem aqueles que sempre querem testar os limites das regras, outra questão que chama atenção é o uso de bicicletas no pátio ocorrendo as mesmas atuações de ousadia, podendo machucar crianças que ali circulam

CONCLUSÃO

Vimos primeiramente o lazer e suas apropriações no mundo moderno mostrando que atualmente a vida esta dividida entre tempo de não trabalho e tempo de trabalho, conseqüentemente há uma aquisição do tempo de lazer trazendo necessidades para o homem, entretanto esta mesma não pode ser resumida apenas em consumo de bens e sim em apropriar de um tempo que traga satisfação.

O programa Parceiros do Futuro vem suprir necessidades de lazer da comunidade próxima através do espaço físico oferecido, proporcionando atividades esportivas, recreativas e artística ligadas a área educacional por outro lado podemos notar um descaso do governo com a capacitação e real articulação do lazer entre os profissionais atuantes e a comunidade.

As propostas são reais na teoria (ver anexo), proporcionando momentos de descanso, divertimento e desenvolvimento através da atuação integrada entre os profissionais, as parcerias criadas, os voluntários angariados e o governo em comando, mas não pode significar nenhuma modificação se não passar de apenas uma fabula política que mostra através dos meios de comunicação, por exemplo, um ideal de escola com perfeitas estruturas e atores competentes para retratar uma realidade oposta daquela vivida aos finais de semana. Enxergamos então uma falsificação do lazer sem pretensões maiores com as obrigações sociais do governo, tornando-o funcionalista a fim de minimizar problemas sociais o governo cria uma ilusão de lazer, manipulando assim a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes. ***O Lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas***. BH: PBH/SMES, 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo, SP, Perspectiva, 1973.

ELIAS, Nibert e DUNNING, Erich. ***Memória e Sociedade a Busca da Excitação***. Lisboa: Difel, 1992.

GUTIERREZ, Gustavo. Lazer exclusão social e militância política. In: In: BRUHNS, H. e GUTIERREZ, G. (Orgs). ***Temas sobre o Lazer***. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. ***Lazer e Prazer Questões Metodológicas e Alternativas Políticas***. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. A contribuição da teoria da ação comunicativa para a pesquisa sobre o lazer. In: BRUNHZ, Heloisa (org). ***Lazer e Ciências Sociais***. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCUSE, Herbert .“ La agresividad en la sociedad industrial avanzada. Madrid, Alianza Editorial, 1971.

MARCELLINO, Nelson C. Lazer e Educação. 2 edição, Campinas, SP, Papirus, 1990a.

_____. Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras. Campinas, SP, Autores Associados, 1996.

NICHOLLS, Geoff. The role of sport counseling for unemployed Young people on Probation (23-26). In: **World leisure e recreation**. Volume 39. N° 4. Leisure Management Unit, Sheffield University the UK, 1997.

Parceiros do Futuro Internet. www.educacao.sp.gov.br, 2002

PARKER, Stanley. "A Sociologia do lazer" Rio de Janeiro, RJ, Zaher, 1978.

PELEGRIN, Ana. O Espaço de lazer na cidade e a administração Municipal. In: MARCELLINO, N. (Org). **Políticas Públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SANT'ANNA, Denise. **O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)**. São Paulo: Marco Zero/MTC-Cnpq, 1994.

_____. **Corpos de Passagem**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

STIGGER, Marco. Participação popular na gestão espaço público de lazer: um caminho percorível na construção da utopia democrática. In: MARCELLINO, N. (Org). **Políticas Públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

ANEXO

LEI N 10.312

Resolução 41, de 18 de março de 2002

Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a consolidação do Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção à violência nas escolas da rede pública de ensino no Estado de São Paulo e dá providências correlatas

A Secretária da Educação, com fundamento no Decreto nº 44.166, de 3/8/99, que regulamenta a Lei nº 10.312, de 12/5/99, e considerando: a importância de se oferecer condições objetivas que viabilizem a convivência, nos finais de semana, da comunidade - familiares e vizinhanças, jovens - alunos e não alunos, no espaço físico da escola; a possibilidade de se estender o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária a novas unidades escolares, cujas características justifiquem sua implantação;

a necessária articulação dos agentes do Programa com os profissionais da escola e da Diretoria de Ensino a qual a escola encontra-se vinculada e, ainda, que a inclusão do programa no projeto pedagógico da escola, pode favorecer o desenvolvimento de cultura participativa e o fortalecimento dos vínculos da escola com a comunidade; Resolve:

Artigo 1º - o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária denominado "Parceiros do Futuro" caracteriza-se por desenvolver ações, nos finais de semana, nos espaços físicos das unidades escolares integrantes do programa, em parceria com outras Secretarias de Estado, entidades da sociedade civil e comunidades locais.

Artigo 2º -O Programa "Parceiros do Futuro" tem como objetivos:
I - criar e fortalecer núcleos de convivência que atuem nos finais de semana, no

espaço físico das escolas estaduais, congregando a comunidade local adulta, jovem e infantil, jovens alunos e não alunos, em atividades culturais, desportivas e artísticas, socializando informações de diferentes naturezas;

II - estimular o desenvolvimento de uma cultura da população local voltada à organização e ao trabalho coletivo em ações de prevenção à violência, em perfeita sintonia com a proposta de trabalho da unidade escolar;

III - assegurar oportunidades para reflexão e discussão de questões comuns a jovens e adolescentes, de problemas enfrentados pela comunidade, ampliando ações de apoio à valorização humana e ao exercício da cidadania.

Parágrafo único - para alcançar os objetivos propostos, o programa poderá ser desenvolvido em escolas pólos, atendendo alunos e comunidades de diferentes escolas, situadas num raio de aproximadamente de 3 (três) quilômetros.

Artigo 3º - a participação de unidades escolares ainda não atendidas pelo Programa "Parceiros do Futuro", poderá ser autorizada, mediante proposta encaminhada pela escola, com anuência do Conselho de Escola, após análise e parecer fundamentado dos órgãos competentes.

§ 1º - para participar do programa de que trata o "caput" desse artigo, a escola deverá:

I - atender, preferencialmente, alunos do Ciclo II do Ensino Fundamental e /ou Ensino Médio;

II - dispor de quadra esportiva, sala de informática e ter no mínimo 8 (oito) salas de aula.

Artigo 4º - o Conselho de Escola da unidade participante do programa, poderá deliberar pela interrupção do mesmo na unidade escolar, desde que apresente proposta substitutiva e se responsabilize pelo desenvolvimento de atividades que atendam os mesmos objetivos do programa.

Artigo 5º - Caberá à Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, a coordenação das ações necessárias à consolidação do Programa - "Parceiros do Futuro" junto às unidades escolares, devendo:

I - articular-se com as outras Secretarias de Estado envolvidas;

II - estreitar a comunicação com as entidades e voluntários parceiros do programa;

III - buscar novas parcerias que possam enriquecer as atividades desenvolvidas na comunidade;

IV - envolver as autoridades escolares locais e regionais e a comunidade, nas definições e implementação das ações.

V - acompanhar, supervisionar, avaliar e reformular os trabalhos desenvolvidos, se necessário, ouvidas as autoridades envolvidas.

Artigo 6º - a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE contará com a participação de duas Comissões de Deliberação para a operacionalização dos programas de atividades desportivas e de atividades artísticas, compostas por representantes de outras Secretarias, a saber:

I - Comissão Esportiva, composta por 2 representantes da Secretaria da Educação, 2 representantes da FDE , 2 profissionais esportistas e demais parceiros envolvidos na ação.

II - Comissão Cultural, composta por 3 representantes da Secretaria da Educação, 2 representantes da Secretaria de Estado da Cultura , 2 representantes da FDE e demais parceiros envolvidos na ação.

Parágrafo único - Os indicados deverão ser oficiados à Secretaria da Educação, anualmente, durante o mês de março, para a constituição das referidas comissões.

Artigo 7º - As comissões referidas no artigo anterior, terão as atribuições de planejamento e de organização das atividades.

Artigo 8º - a Direção da Escola e a Diretoria de Ensino desempenharão papel de apoio, acompanhamento e avaliação do programa, que deverá integrar a proposta pedagógica da unidade escolar.

Artigo 9º - Caberá às Diretorias de Ensino, através dos Supervisores de Ensino e dos Assistentes Técnicos Pedagógicos de Educação Física e de Educação Artística da Oficina Pedagógica:

I - acompanhar as orientações dadas, em nível central, aos docentes do Programa "Parceiros do Futuro;

II - promover reuniões locais de orientação e avaliação;

III - propor à Gerência da FDE reformulação das atividades, se evidenciada na

avaliação feita pela comunidade e profissionais envolvidos, a necessidade da mesma..

Artigo 10 - a escola poderá contar com professores de educação física e de educação artística, selecionados e admitidos especialmente para desenvolver atividades docentes nos finais de semana.

§ 1º - Os admitidos nos termos do "caput", farão jus à carga horária de 24 horas semanais de trabalho do docente, distribuídas na seguinte conformidade:

I - 4 horas dedicadas a atividades de planejamento, entrega e avaliações de relatórios na unidade escolar e capacitações em nível regional e/ou central;
II - 8 horas para desenvolver as atividades aos sábados e 8 horas aos domingos;
III - 2 horas de trabalho pedagógico na escola, junto com os demais pares docentes;

IV - 2 horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha.

Artigo 11 - a Diretoria de Ensino que contar com 6 (seis) ou mais escolas envolvidas no programa, poderá contar com mais um Assistente Técnico Pedagógico de Educação Física que ficará responsável pela Coordenação Regional desse Programa e também pela coordenação das atividades referentes aos jogos escolares.

Artigo 12 - na seleção dos candidatos, a Diretoria de Ensino deverá observar, o requisito de habilitação para inscrição, a ordem prevista no artigo 11 da Resolução SE - 143/2001, bem como o que segue:

I - apresentação de currículo demonstrando experiência na atividade a ser desenvolvida, tais como: música instrumental, canto coral, dança, teatro, pintura em tela, pintura em tecido, eventos culturais e esportivos, treinamentos esportivos;

II - comprovação de habilidades específicas, necessárias ao desempenho de sua função junto ao Programa "Parceiros do Futuro".

III -entrevista a ser realizada por meio de equipe designada pelo Dirigente Regional de Ensino.

IV - disponibilidade para exercer as atividades nos finais de semana;

V -preferencialmente, residir próximo à escola sede das atividades.

§ 1º - o candidato aprovado no concurso público para a disciplina de Educação

Física que está aguardando chamada, deverá, após ser selecionado para este Programa , ter prioridade de admissão.

§ 2º o docente admitido ficará vinculado ao Programa Parceiros do Futuro e poderá ser remanejado para diferentes unidades escolares , quando se fizer necessário, para melhor atender o interesse das comunidades.

§ 3º - o docente que não atender as exigências do programa poderá ser dispensado nos termos da legislação vigente.

Artigo 13 - As atividades do "Parceiros do Futuro" a serem desenvolvidas por pessoas voluntárias, envolve a assinatura de Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, fundamentado na Lei ° nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Artigo 14 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Notas:

Decreto n.º 44.166/99 à pág. 67 do vol. XLVIII;

Lei n.º 10.312/99 à pág. 61 do vol. XLVII;

Lei n.º 9.608/98 à pág. 51 do vol. 25 da Col. de Leg. Fed. – CENP/SE;

Res. SE n.º 143/01 à pág. 164 do vol. LII.